

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

**PERCEPÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL PELOS SERVIDORES DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL (RS)**

**PERCEPTION OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF EMPLOYEES BY
MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL (RS)**

Marianne Macedo Goulart Dambrós, Ricardo Ribeiro Alves, Ana Júlia Teixeira Senna, Cibele Rebolho Martins e Suzy Elizabeth Pinheiro Canes

RESUMO

A sustentabilidade deve se tornar parte da agenda não apenas das empresas, mas também do setor público. O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos servidores da Prefeitura Municipal do Município de São Gabriel (RS) sobre a realização de práticas de gestão ambiental. Verificou-se que há falta de uniformidade com relação às práticas de gestão ambiental, pois enquanto funcionários de alguns setores declararam exercer determinadas práticas como a coleta seletiva, outros setores nem dispunham de lixeiras para tal tipo de coleta. Além disso, alguns funcionários consideraram que as práticas de gestão ambiental são importantes para a consecução de seu trabalho, ao passo que, para outros, é uma questão irrelevante.

Palavras-chave: sustentabilidade, meio ambiente, setor público.

ABSTRACT

Sustainability must become part of the agenda not only companies, but also the public sector. This study aimed to analyze the perception of the employees of the City of São Gabriel (RS) on the achievement of environmental management practices. It was found that there is a lack of uniformity with regard to environmental management practices, because while officials said some sectors perform certain practices such as selective collection, or other sectors had dumps for such collection. In addition, some staff felt that the environmental management practices are important for the achievement of their work, while for others it is a moot point.

Keywords: sustainability, environment, public sector.

1. Introdução

Desde os primórdios da civilização o homem vem utilizando os recursos naturais para a sua sobrevivência. Contudo, nas últimas décadas, a exploração irracional desses recursos produziu efeitos devastadores ao meio ambiente. A falsa ideia de que os recursos eram inesgotáveis “caiu por terra” e deu lugar à necessidade de maior otimização dos insumos retirados do meio ambiente e à maior conscientização de pessoas, empresas e governos.

Para uma parcela da sociedade, sobretudo no meio empresarial, o desenvolvimento sustentável era visto como uma limitação à prosperidade econômica. Esse aparente conflito somente foi desmistificado nos últimos anos ao se constatar que as práticas ambientais recomendáveis nas organizações, além de expressar uma postura de comprometimento com a sociedade e com o meio ambiente, também podem significar redução de custos e, além disso, determinar uma vantagem estratégica competitiva diferencial em relação às empresas concorrentes.

Por determinação constitucional, é competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, entre eles a tarefa de limpeza pública, coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos (art. 30, I CF/88). Mesmo com todo esse amparo legislativo que garante um meio ambiente sadio, existe um descumprimento muito grande das três esferas no que diz respeito a essa Carta, pois os lixões urbanos com seus resíduos sólidos estão localizados em lugares inadequados e sem o mínimo de tratamento. Daí a necessidade da colaboração dos órgãos públicos e privados para se fazer cumprir a legislação de resíduos sólidos urbanos (DA SILVA, 2008).

Entretanto, tornam-se necessários estudos que analisem o compromisso de órgãos públicos, em particular das prefeituras, em relação às boas práticas ambientais. O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos servidores da Prefeitura Municipal do Município de São Gabriel (RS) sobre a realização de práticas de gestão ambiental.

2. Material e Métodos

O presente estudo foi realizado na Prefeitura do município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em sete secretarias. Para a obtenção dos dados primários, elaborou-se um questionário com quatorze questões. De acordo com Malhotra (2001), o questionário é uma técnica estruturada para a coleta de dados, que consiste em uma série de perguntas que um entrevistado deve responder. Para Michel (2009), o questionário é considerado um instrumento de valor significativo de coleta de dados, mais utilizado para coletar dados quantitativos e informativos.

A aplicação do questionário, segundo Gil (1987), possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas. Também implica menores gastos com pessoal, já que para aplicação do questionário não há necessidade de treinamento dos pesquisadores, se mantém o anonimato das respostas e, ainda, as pessoas se sentem mais à vontade respondendo o questionário, ao invés de participar de uma entrevista.

3. Resultados e Discussões

Um dos objetivos com o presente trabalho foi avaliar a temática “meio ambiente” no local de trabalho, ou seja, na prefeitura (Figura 1).

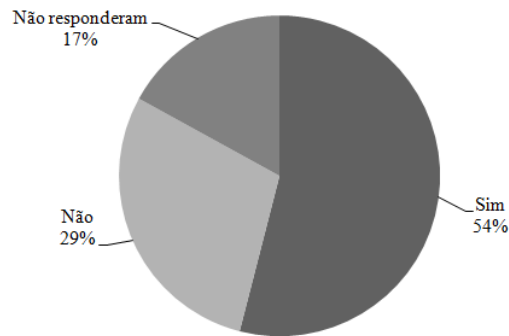


FIGURA 1 – Existência de práticas de gestão ambiental na Prefeitura segundo seus funcionários.

Fonte: Dados dos autores.

De acordo com os resultados apresentados na Figura 1, a maior parte dos funcionários (54%) relatou que existem práticas de gestão ambiental na Prefeitura enquanto que, um percentual considerável (29%), afirma que não existem tais práticas. Estes últimos podem estar desinformados sobre as práticas de gestão ambiental (ou não conhecê-las), uma vez que os respondentes que afirmaram existir tais práticas. Algumas das práticas apontadas foram à existência de coleta seletiva (embora apontada por poucos respondentes, o que evidencia a necessidade de maior conscientização) e a existência de um projeto (coleta seletiva e economia de energia).

Como alguns servidores descreveram a coleta seletiva de resíduos como uma importante prática de gestão ambiental, se tornou importante saber se eles, de fato, sabiam como funcionava essa prática (Figura 2).

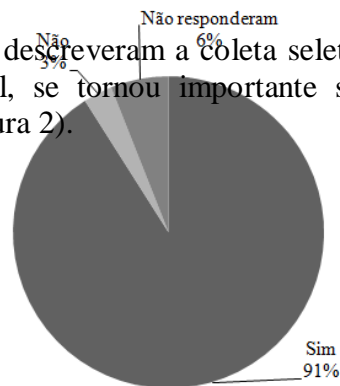


FIGURA 2 – Conhecimento dos funcionários da prefeitura acerca do funcionamento da coleta seletiva.

Fonte: Dados dos autores.

Apesar de os funcionários terem ciência a respeito do funcionamento da coleta seletiva, a maioria deles relatou que existia tal tipo de coleta em seu setor (Figura 3). Embora esse resultado pareça contradizer os obtidos na Figura 1, deve-se atentar que na ocasião a pergunta se referia à prefeitura como um todo, sendo que agora, na Figura 3, ela é específica do setor da qual o respondente faz parte.

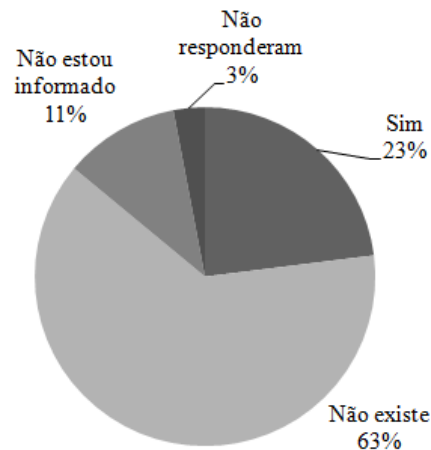


FIGURA 3 – Existência de um programa de coleta seletiva nos setores de trabalho dos funcionários que responderam à pesquisa.

Fonte: Dados dos autores.

Para os funcionários que afirmaram existir coleta seletiva em seu setor, procurou-se saber qual a atitude deles com relação ao uso efetivo dessa lixeira (Figura 4).

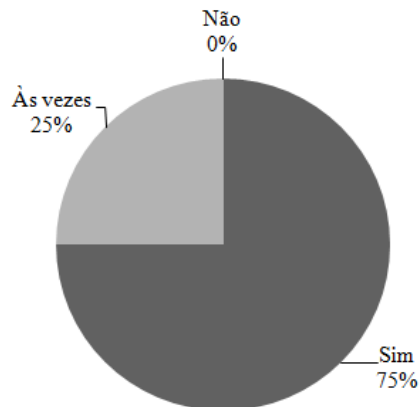


FIGURA 4 - Atitude dos funcionários quanto a jogar lixo e demais resíduos na lixeira da coleta seletiva.

Fonte: Dados dos autores.

Verificou-se, então, que a maioria dos respondentes utilizava com frequência a lixeira da coleta seletiva. No entanto, $\frac{1}{4}$ deles relatou que “às vezes” jogava o resíduo correto na lixeira correspondente. Alguns relataram que não o faziam com frequência simplesmente por que “esqueciam”. Para eficácia de um programa de gestão ambiental é necessário investigar quais as razões que levam esses funcionários a não utilizarem com frequência a coleta seletiva o que, provavelmente, apontará para a necessidade de maior treinamento e conscientização a respeito das boas práticas de gestão ambiental.

Para os funcionários que relataram possuir lixeira de coleta seletiva em seu setor, perguntou-se a respeito das principais ações praticadas em relação ao descarte de resíduos (Figura 5).

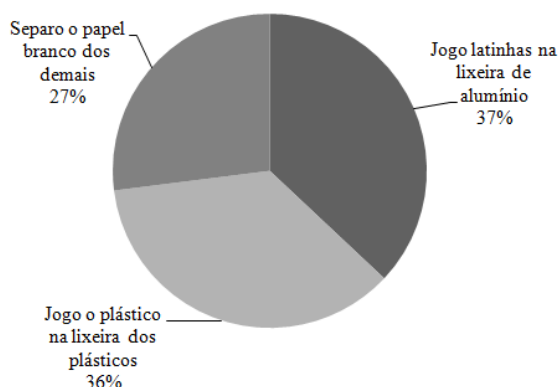


FIGURA 5 – Práticas realizadas pelos funcionários com relação à coleta seletiva na prefeitura.

Fonte: Dados dos autores.

De acordo com os resultados apresentados na Figura 5, pode-se notar que os principais resíduos jogados nas lixeiras são as latas de alumínio, o plástico e o papel.

Com relação às práticas específicas de gestão ambiental, exercidas pelos funcionários na prefeitura, verificou-se que a preocupação é o desperdício de água no órgão público (Figura 6).

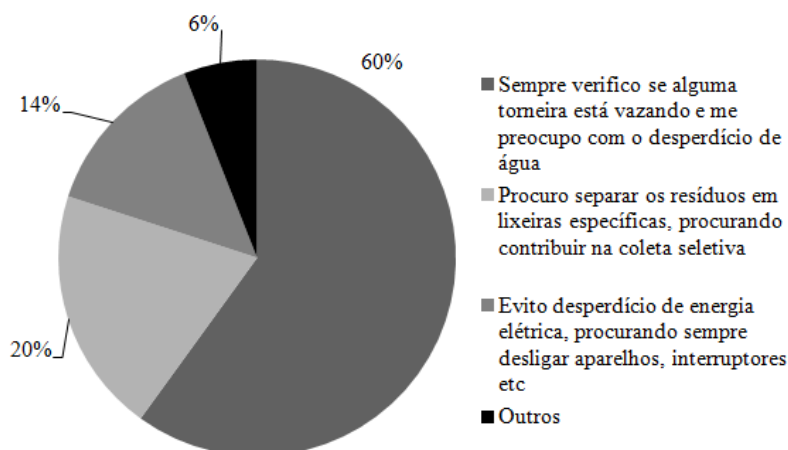


FIGURA 6 - Práticas realizadas pelos funcionários na prefeitura para contribuir na economia e na preservação do meio ambiente.

Fonte: Dados dos autores.

Idealmente as práticas de gestão ambiental deveriam ser executadas por empresas, indivíduos e órgãos governamentais, de forma voluntária, denotando seus compromissos e consciência ambiental. Porém, isso não acontece, são necessárias legislações que venham a impor a conduta correta dos atores sociais citados. Duas leis surgidas para esse fim são o Decreto 5.940 (BRASIL, 2011a) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2011b).

4. Conclusão

Verificou-se que há falta de uniformidade com relação às práticas de gestão ambiental na Prefeitura. Enquanto funcionários de alguns setores declararam possuir lixeiras para coleta seletiva, outros setores não dispunham delas. Além disso, verifica-se que para alguns funcionários as práticas de gestão ambiental são importantes para a consecução de seu trabalho, ao passo que, para outros, é uma questão irrelevante.

Em uma situação como essa se torna necessária a intervenção dos governantes para que haja, de fato, a implantação de projetos de gestão ambiental bem como de programas de educação ambiental e conscientização de seus funcionários. É possível que muitos destes servidores não adotem práticas de gestão ambiental pelo simples fato de não possuírem a instrução e a conscientização necessária.

Atuando dessa forma, os órgãos públicos, como as prefeituras, dariam exemplo para a sociedade e teriam maior credibilidade na cobrança de atitudes ambientalmente responsáveis das empresas e indivíduos.

5. Referências

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Separação de resíduos sólidos.

Licitações sustentáveis. Disponível em:

<<http://www.licitacoessustentaveis.com/2009/08/decreto-n-594006-separacao-de-residuos.html>>. Acesso em: 08 dez 2011a.

BRASIL. Política Nacional de resíduos sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 artigo 10. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/lei12305.pdf>>. Acesso em: 01 dez 2011b.

DA SILVA, B. M. S. **Proposta de Implantação do Projeto de Coleta Seletiva no Departamento da Polícia Federal de Ilhéus/Bahia**. Relatório de estágio supervisionado (Graduação em Ciências Administrativas e Contábeis) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC), Ilhéus, BA, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 204p.